



CONTRATO N 024/2017

Contrato administrativo para atender necessidade temporária de excepcional interesse público que entre si celebram o Município de Chapada e a Srta. Cibele Luísa Siveris, com base no art. 37, IX, da Constituição Federal e na Lei Municipal nº. 2.824/2017.

Pelo presente instrumento, o Município de Chapada, representado por seu Prefeito, Sr. Carlos Alzenir Catto, brasileiro, casado, CPF nº. 354.948.240/04 residente e domiciliado na cidade de Chapada - RS, a seguir denominado CONTRATANTE e a Srta. **Cibele Luísa Siveris**, brasileira, CPF nº. 024.222.780-51, residente e domiciliada na cidade de Chapada, doravante identificada por CONTRATADA, tem certo, justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente CONTRATO visa atender necessidade temporária de excepcional interesse público, sendo que a contratada trabalhará para o CONTRATANTE na função Educadora Social – Linguagens, códigos e suas tecnologias - Informática do Programa AABB Comunidade, conforme autorização contida na Lei Municipal nº. 2.824/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - Pelo serviço acima mencionado e prestado, a CONTRATADA perceberá remuneração de R\$ 16,83 (dezesesseis reais e oitenta e três centavos) por hora aula.

CLÁUSULA TERCEIRA - A Jornada de trabalho da CONTRATADA será de até 24 (vinte e quatro) horas semanais.

CLÁUSULA QUARTA - O presente contrato vigorará de 20 de fevereiro de 2017 a 19 de dezembro 2017, inclusive, em cujo término, será o mesmo extinto.

CLÁUSULA QUINTA - Qualquer das partes que desejar rescindir o presente contrato antes de seu término, previsto na cláusula anterior, deverá avisar à outra com antecedência mínima de 30 dias, sob pena de indenizar o período respectivo, se não trabalhado.

CLÁUSULA SEXTA - O presente contrato será rescindido pelo CONTRATANTE, sem que a CONTRATADA caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se a CONTRATADA incidir em qualquer das faltas arroladas do Estatuto dos Servidores – Lei Complementar nº. 005, de 28 de julho de 2010, como puníveis com a pena de demissão.



CLÁUSULA SÉTIMA - É lícito ao CONTRATANTE aplicar as penalidades de advertência e suspensão a CONTRATADA nos casos e termos previstos no Estatuto dos Servidores – Lei Complementar nº. 005/2010, de 28 de julho de 2010.

CLÁUSULA OITAVA - As situações e casos não expressamente tratados neste contrato, regem-se pelo disposto no Estatuto dos Servidores – Lei Complementar nº. 005/2010, de 28 de julho de 2010.

CLÁUSULA NONA - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária - Contratação por Tempo Determinado.

0806 13 392 0054 2031	21912.6	AABB COMUNIDADE
0806 13 392 0054 2031 31900400000000 0001	21921.5	CONTRATAÇÃO POR

CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o Foro da Comarca de Carazinho para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato.

Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Chapada RS, 20 de fevereiro de 2017, Gabinete do Prefeito Municipal.

Carlos Alzenir Catto
Prefeito Municipal

Cibele Luísa Siveris
Contratada

Testemunhas:

Deise Maria Vogt

Angela Cristina Klein Gross